



# **SENADO FEDERAL**

## **PARECER (SF) Nº 5, DE 2018**

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº743, de 2015, do Senador Ciro Nogueira, que Altera a Lei 12.305 de 2 de Agosto de 2010 e dá outras providências.

**PRESIDENTE EVENTUAL:** Senador Sérgio Petecão

**RELATOR:** Senador Ataídes Oliveira

**RELATOR ADHOC:** Senador José Medeiros

17 de Abril de 2018





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Ataídes Oliveira

## PARECER Nº , DE 2017

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE sobre o Projeto de Lei do Senado nº 743, de 2015, do Senador Ciro Nogueira, que *altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 e dá outras providências*.

Relator: Senador **ATAÍDES OLIVEIRA**

### I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente (CMA) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 743, de 2015, de autoria do Senador Ciro Nogueira.

O art. 1º do PLS nº 743, de 2015, acrescenta parágrafo único ao art. 37 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), para proibir o encaminhamento de resíduos de serviço de saúde para a disposição final, sem submetê-los previamente a tratamento específico.

O art. 2º do projeto inclui o art. 57, renumerando os demais, à Lei nº 12.305, de 2010, para autorizar os Municípios e o Distrito Federal a instituir contribuição ou instrumento de cobrança para o custeio dos serviços de limpeza urbana. O art. 3º determina que a lei resultante entre em vigor na data de sua publicação.

A proposição foi distribuída às Comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo à última a decisão terminativa.





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Ataídes Oliveira

Findo o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à matéria na CMA.

## II – ANÁLISE

Compete à CMA, nos termos do art. 102-F, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), apreciar o mérito das matérias relativas à proteção do meio ambiente e ao controle da poluição. Apesar de não ser a Comissão incumbida de analisar o projeto em decisão terminativa, consideramos necessária a apreciação do aspecto da constitucionalidade do projeto.

Com relação ao mérito, observamos que a Lei nº 12.305, de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), determina, em seu art. 2º, que se aplicam aos resíduos de serviços de saúde o disposto nas normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS). Desse modo, a disposição dos resíduos dos serviços de saúde está disciplinada pelas Resoluções nº 306, de 7 de dezembro de 2004, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e nº 358, de 29 de abril de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Ambas determinam que todas as instituições geradoras de resíduos hospitalares têm a obrigação de elaborar e executar um plano de gerenciamento de resíduos de serviço de saúde. Portanto, a disposição final desses dejetos já está disciplinada por normas de órgãos federais do Sisnama e do SNVS, conforme exige o art. 2º da Lei nº 12.305, de 2010.

Sendo assim, avaliamos que é juridicamente mais adequado - conforme prevê a Lei nº 12.305, de 2010 - deixar a atividade de regulamentação do manejo de resíduos de serviço de saúde para o Poder Executivo, como tem sido feito, conforme as normas do Conama e do SNVS citadas, pois os aspectos técnicos e científicos referentes à matéria demandam a análise por órgãos competentes.

Além disso, em relação à constitucionalidade, notamos que a autorização para a criação de contribuição pelos Municípios e pelo Distrito





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Ataídes Oliveira

Federal, que decorre do art. 2º do projeto, deve ser feita por alteração da Constituição Federal e não por Lei Ordinária, pois aqueles são entes federativos autônomos.

Portanto, tendo em vista os argumentos acima, concluímos que o PLS nº 743, de 2015, deve ser considerado prejudicado.

### III – VOTO

Em razão do exposto, opinamos pela **prejudicialidade** do Projeto de Lei do Senado nº 743, de 2015.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





**Relatório de Registro de Presença**  
**CMA, 17/04/2018 às 11h - 4ª, Extraordinária**  
**Comissão de Meio Ambiente**

PMDB	
TITULARES	SUPLENTE
HÉLIO JOSÉ	1. AIRTON SANDOVAL <b>PRESENTE</b>
RENAN CALHEIROS	2. DÁRIO BERGER
JOÃO ALBERTO SOUZA	3. VAGO
VALDIR RAUPP <b>PRESENTE</b>	4. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
JORGE VIANA	1. ÂNGELA PORTELA
LINDBERGH FARIAS	2. GLEISI HOFFMANN
PAULO ROCHA	3. HUMBERTO COSTA
ACIR GURGACZ <b>PRESENTE</b>	4. REGINA SOUSA

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
ATAÍDES OLIVEIRA	1. DALIRIO BEBER <b>PRESENTE</b>
FLEXA RIBEIRO <b>PRESENTE</b>	2. RONALDO CAIADO
DAVI ALCOLUMBRE	3. RICARDO FERRAÇO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
SÉRGIO PETECÃO <b>PRESENTE</b>	1. JOSÉ MEDEIROS <b>PRESENTE</b>
ROBERTO MUNIZ	2. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTE
JOÃO CAPIBERIBE	1. VANESSA GRAZZIOTIN
CRISTOVAM BUARQUE	2. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
WELLINGTON FAGUNDES	1. TELMÁRIO MOTA
CIDINHO SANTOS <b>PRESENTE</b>	2. PEDRO CHAVES <b>PRESENTE</b>

**Não Membros Presentes**

VICENTINHO ALVES

## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PLS 743/2015)**

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA, RELATADO AD HOC PELO SENADOR JOSÉ MEDEIROS, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, PELA PREJUDICIALIDADE DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 743 DE 2015.

17 de Abril de 2018

Senador SÉRGIO PETECÃO

Presidiu a reunião da Comissão de Meio Ambiente